



ORGANIZADORAS
CECÍLIA DREBES PEDRON
ALESSANDRA VACCARI
ESTER CAROLINE DA SILVA
VITÓRIA COLONETTI BENEDET
LARISSA LIMA DA SILVA
AMANDA DE ABREU GULARTE

DESAFIOS E REFLEXÕES DA COVID-19 DURANTE 2021

Coleção

Volume 2

www.ufrgs.br/levi
LABORATÓRIO DE ENSINO VIRTUAL EM ENFERMAGEM

LEVI

Organizadoras

*Cecília Drebes Pedron
Alessandra Vaccari
Ester Caroline da Silva
Vitória Colonetti Benedet
Larissa Lima da Silva
Amanda de Abreu Gularte*

DESAFIOS E REFLEXÕES DA COVID-19
DURANTE 2021

Porto Alegre
UFRGS
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-reitora

Patricia Pranke

Diretora da Escola de Enfermagem

Ana Maria Müller de Magalhães

Vice-diretora

Márcia Koja Breigeiron

Projeto Gráfico

Amanda de Abreu Gularte

Cecília Drebes Pedron

Diagramação

Cecília Drebes Pedron

Esta obra é o segundo volume da Coleção LEVi - Laboratório de Ensino Virtual em Enfermagem

<https://doi.org/10.29327/552347>

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D441 Desafios e reflexões da COVID-19 durante 2021 / Cecília Drebes Pedron [et al.] - Porto Alegre: UFRGS, 2021. v. 2
161 p. : il. color.

(coleção: LEVi - Laboratório de Ensino Virtual em Enfermagem)

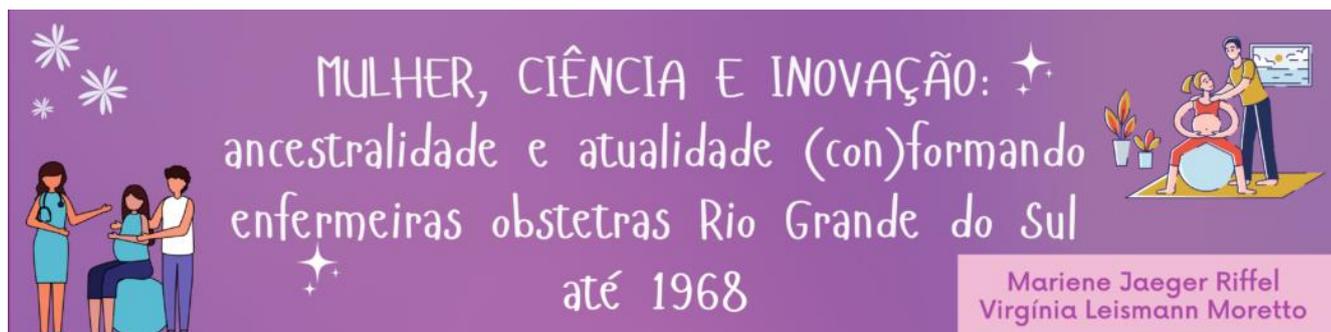
ISBN 978-65-5973-083-4.

DOI 10.29327/552347

1. Cuidados de Enfermagem. 2. Educação em Saúde. 3. Infecções por Coronavírus. I. Pedron, Cecília Drebes. II. Vaccari, Alessandra. III. Silva, Ester Caroline da. IV. Benedet, Vitória Colonetti. V. Silva, Larissa Lima da Silva. VI. Gularte, Amanda de Abreu. VII. Título.

CDU 614

CATALOGAÇÃO NA FONTE: AMANDA DE ABREU GULARTE CRB10/2500



Data de publicação: 21/11/2021

MULHER, CIÊNCIA E INOVAÇÃO: ancestralidade e atualidade (con)formando enfermeiras obstetras Rio Grande do Sul até 1968

Mariene Jaeger Riffel

Virgínia Leismann Moretto

<https://www.ufrgs.br/levi/historia-obstetrica-ate-1968/#page-content>

A ANCESTRALIDADE NA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

Não é possível dizer que em algum momento da história brasileira ou rio-grandense foi fácil a obtenção do título de Enfermeira Obstetra.

Muito antes de existirem as enfermeiras profissionais, cuja regulação no Brasil se deu em 1932, existiram as curandeiras: profissionais sem licença legal para aplicar atos de cura e de proteção à vida. Eram, também, farmacêuticas que cultivavam, forneciam ervas e divulgavam seus usos; eram parteiras que permaneciam nas casas das grávidas até que seus bebês nascessem e que as mães estivessem seguras. Eram chamadas de aparadeiras ou curiosas, e suas ancestralidades remontam aos tempos do filósofo Sócrates (sec. IV a. C.), cuja mãe é um exemplo do ofício (SOUSA, 2021).

Foi Florence Nightingale quem instituiu a enfermagem profissional e científica, no século XIX. Seu prestígio e fama percorreram o mundo como enfermeira e epidemiologista.

INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA MENINAS NO BRASIL

No Brasil imperial, a instrução para todos os súditos se deu pela criação de escolas que permitiram a inclusão de meninas, em 1827. As meninas poderiam ser ensinadas apenas por mestres do sexo feminino uma vez que, por questões morais e religiosas, não se admitia a proximidade de homens e meninas nem mesmo em sala de aula. Por isso, as turmas eram separadas por sexo e havia dificuldades de se conseguir mulheres que pudessem ensinar além das quatro operações matemáticas, ler e escrever. Para o visconde de Cayru, meninas e mulheres tinham um intelecto “mui pouco desenvolvido para poderem entender e praticar operações ulteriores e mais difíceis de aritmética e geometria” (OLIVEIRA; OTTO, 2019); sua convicção era de que não se deveria lutar contra tal natureza. Após 30 anos, em 1854, houve a unificação dos conteúdos escolares para meninos e meninas.

OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Setenta anos após a abertura das primeiras faculdades brasileiras na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1879, houve a permissão da entrada de mulheres em cursos superiores. Assim, em 1887 formou-se a primeira médica brasileira cuja tese apresentada para a conclusão do curso foi centrada não apenas num aspecto feminino, mas numa situação que, na atualidade, é assunto que diz respeito à prematuridade e à mortalidade materna: a cesariana (OLIVEIRA; OTTO, 2019).

Em 1923, é criada a primeira Escola de Enfermagem no Rio de Janeiro: a Anna Nery. O ensino nesta instituição dava prioridade à saúde mental da população. E as mulheres lutavam pelo direito ao voto, sancionado em 1932: as solteiras e viúvas com renda própria e, as casadas, se o marido permitisse poderiam votar. Presume-se que, caso fosse dada a permissão, o voto desta mulher seguiria ao do marido. Dois anos após, o direito ao voto feminino foi ampliado para mulheres de todas as rendas, origens ou estado civil (OLIVEIRA; OTTO, 2019).

Exatamente na metade do século XX, 1950, foi criado o curso de enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que permaneceu anexo à faculdade de medicina até 1968.

É interessante saber quem ministrava as aulas em disciplinas como fisiologia, anatomia humana e obstetrícia: professores, homens, da faculdade de medicina. Interessante, também, saber quem ministrava aulas sobre vestuário das gestantes, higiene, sono, atividade física e psicologia da gestação: professoras da escola de enfermagem, evidenciando uma clara divisão sexual do trabalho e a magnitude dada aos assuntos.

Naquele momento os critérios para ingresso ao curso de enfermagem eram bem diferentes dos atuais: ginásio completo, ou seja, nove anos de escolaridade que correspondem ao ensino fundamental (RIFFEL, MORETTO, SILVEIRA, 2020); atestados de sanidade física e mental, de idoneidade moral (retirado em delegacias de polícia) e de vacinas. As provas prestadas versavam sobre química, física e biologia. A idade mínima para ingresso era 18 anos e, diferentemente do momento, quando não há limite para o ingresso, a idade máxima era de 38 anos.

Se, a atualidade permite que estudantes de enfermagem possam se dedicar a outras atividades como trabalho e família, até 1960 o curso exigia tempo integral, com internato para alunas e professoras, propiciando uniformização e a monitorização de comportamentos, o exercício da obediência, da dedicação, da disciplina e da abnegação (RIFFEL, MORETTO, SILVEIRA, 2020).

As integrantes do curso eram chamadas de “pupilas do senhor reitor”. Até 1960 as alunas eram transportadas em ônibus da universidade, tanto para irem às aulas como para retornarem à residência. A Escola possuía pessoal específico para promoção de alimentação balanceada, horários estipulados para estudo e, para que as acadêmicas pudessem sair do internato, precisavam ter ordem expressa dos pais ou responsáveis tendo horário para chegar que não poderia ultrapassar as 22 horas (RIFFEL, MORETTO, SILVEIRA, 2020).

FORMAÇÃO DE PARTEIRAS E A ENFERMAGEM OBSTÉTRICA ATÉ 1968

Paralelamente à abertura do curso de graduação em enfermagem na UFRGS ocorreu, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre-RS, o primeiro curso de orientação e atualização para parteiras que trabalhavam na instituição. As estudantes de graduação realizavam suas atividades práticas naquele hospital e precisavam

assistir um número mínimo de partos. Havia determinadas ordens sobre o que NÃO era permitido a quem atendia o parto, no caso de parteiras ou estudantes de enfermagem.

Entre tais interdições salientam-se:

- ◆ prescrever medicamentos e penicilina;
- ◆ levantar a paciente sem ordem médica;
- ◆ determinar o horário da primeira mamada;
- ◆ enviar recados ao médico em vez de falar com ele pessoalmente, em caso de risco;
- ◆ realizar sutura de períneo sem permissão médica;
- ◆ avisar que a criança estava mal posicionada;
- ◆ demonstrar sabedoria (BRANDÃO, 1998, p. 110).

Por outro lado, havia determinações sobre o que as acadêmicas deveriam fazer como:

- ◆ contar casos alegres e bem resolvidos, fáceis, para deixar a parturiente confiante;
- ◆ colocar a gestante numa peça desimpedida, arredar os móveis, colocar as bacias, o estojo de injeção, o irrigador, os impermeáveis e as toalhas;
- ◆ fazer a tricotomia vulvar;
- ◆ esvaziar a bexiga por sondagem;
- ◆ realizar lavagem intestinal e antissepsia da face interna das coxas, vulva e períneo com sabão;
- ◆ banhar a criança logo ao nascer e mostrá-la à mãe como recompensa por tanto sacrifício;
- ◆ guardar a placenta para o médico examiná-la;
- ◆ usar luvas no parto;
- ◆ não apressar ou retardar o parto
- ◆ causar ótima impressão com sua aparência;
- ◆ manter saúde impecável (BRANDÃO, p. 111-113).

Em 1962, quando criado o Estatuto da Mulher Casada, as mulheres puderam estudar e trabalhar sem a autorização do marido e passaram a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação. Muito se conquistou em relação a enfermagem e a condição de dignidade quando se fala de mulheres, casadas ou não. Mas muito ainda se veria e alcançaria em termos de direitos civis nos anos que viriam.

Nota: recomenda-se a leitura do texto **Mulher, ciência e inovação na formação de enfermeiras obstetras no Rio Grande do Sul: de 1968 à atualidade**, em continuidade a este.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, N. S. *Da Tesoura ao Bisturi: O Ofício das Parteiras, 1897-1967*. 1998. *Dissertação de mestrado*. PUC/RS. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1998.

LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827. **Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 31 out. 2021.

OLIVEIRA, A.; OTTO, I. **A linha do tempo do feminismo no Brasil de 1827 a 2019**. 2019. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/a-linha-do-tempo-do-feminismo-no-brasil-de-1827-a-2019>. Acesso em: 31 out. 2021.

RIFFEL, M. J.; MORETTO, V. L.; SILVEIRA, R. Enfermagem obstétrica: trajetória e constituição em sete décadas da Escola de Enfermagem da UFRGS. **Rev. Gaúcha Enferm.** 41 (spe). 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190142>. Acesso em: 31 out. 2021.

SOUSA, R. G. **Sócrates**. História do mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/artigos/socrates.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

WESTIN, R. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Agência Senado. Educação. Edição 65. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 31 out. 2021.